

Empreendimentos econômicos solidários e os desafios da autogestão: prospecção de um protocolo de revisão de escopo

Solidarity economic enterprise and the challenges of self-management: prospection of a scoping review protocol

Emprendimientos económicos solidarios y los desafíos de la autogestión: prospección de un protocolo de revisión de alcance

Recebido: 26/09/2022 | Revisado: 08/10/2022 | Aceitado: 10/10/2022 | Publicado: 15/10/2022

José Washington de Morais Medeiros

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7481-5902>

Instituto Federal da Paraíba, Brasil

E-mail: jose-washington.medeiros@ifpb.edu.br

Alysson André Régis Oliveira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6921-8951>

Instituto Federal da Paraíba, Brasil

E-mail: alysson.oliveira@ifpb.edu.br

Patricia Soares de Araújo Carvalho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8047-5713>

Instituto Federal da Paraíba, Brasil

E-mail: patricia.araujo@ifpb.edu.br

Húdslyne Ferreira Carvalho dos Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3979-4648>

Instituto Federal da Paraíba, Brasil

E-mail: husdlyne1@gmail.com

Johnys Berton Medeiros da Nóbrega

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9009-5044>

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

E-mail: johnysberton@gmail.com

Resumo

As (trans)formações socioeconômicas vivenciadas pelas sociedades contemporâneas vislumbram ações inclusivas, equânimes e que melhorem a vida das pessoas. A partir daí, surgiu o conceito de Empreendimento Econômico Solidário (EES), pautado nos ideais de solidariedade, cooperação e autogestão. Neste contexto, o objetivo do presente artigo é apresentar uma proposta de protocolo de revisão de escopo sobre a atuação do EES relacionada às práticas de autogestão no Brasil. O protocolo prospecta as etapas metodológicas para o estudo em questão. Espera-se que esta revisão mapeie as evidências científicas relativas à atuação dos EES para as práticas de autogestão no país.

Palavras-chave: Economia solidária; Empreendimento econômico solidário (EES); Revisão de escopo.

Abstract

The socio-economic (trans)formations experienced by contemporary societies target inclusive and egalitarian actions that improve life quality. From this phenomenon, the concept of Solidarity Economic Enterprise (EES) is based on the ideals of solidarity, cooperation, and self-management. In this context, the objective of this paper is to present a proposal for a scope review protocol for the EES's operation, specifically concerning their self-management practices in Brazil. With this protocol, we explore the possible methodological steps for this study. We expect that this scoping review maps the scientific evidence related to SEB's operation for the self-management practices in the country.

Keywords: Solidarity economy; Solidarity economic enterprise (EES); Scoping review.

Resumen

Las (trans)formaciones socioeconómicas que experimentan las sociedades contemporâneas tienen como objetivo acciones inclusivas y equitativas que mejoren la vida de las personas. De ahí surgió el concepto de Emprendimiento Económico Solidario (EES), basado en los ideales de solidaridad, cooperación y autogestión. En este contexto, el objetivo de este artículo presenta una propuesta de protocolo de revisión de alcance sobre las actividades del EES, relacionada con las prácticas de autogestión en Brasil. El protocolo describe los pasos metodológicos del estudio en cuestión. Se espera que esta revisión mapee las evidencias científicas relativas al desempeño de los EES para las prácticas de autogestión en el país.

Palabras clave: Economía solidaria; Emprendimiento económico solidario (EES); Revisión de alcance.

1. Introdução

A Economia Solidária (ES) pode ser considerada uma alternativa para a lógica do desenvolvimento, cuja mobilização congrega princípios, modelos e experiências socioeconômicas diversas, isto é, como resposta para o desafio de fomentar articulações socioculturais mais inclusivas para um desenvolvimento econômico subsidiado por relações mais equânimes, que poderão melhorar a qualidade de vida das pessoas e aproximar-se do que Sen (2000) chama de *desenvolvimento como liberdade*.

O surgimento de uma nova forma de organizar a economia em bases solidárias (morais e éticas) já tem uma pré-história bastante rica e diversificada. Os pioneiros¹ lançaram bases para que houvesse forças capazes de criar e/ou renovar práticas socioeconômicas, cuja (r)evolução oportunizasse dinâmicas condizentes com a conjuntura societária da nova era - uma espécie de “paradigma” ontológico e social relacionado às relações econômicas e sua responsabilidade com a justiça social, a preservação ambiental e a vida planetária.

Assim, nos últimos anos, a economia solidária revelou-se pródiga em estudos e em movimentos de ativistas e de organizações dos diversos quadrantes do globo, em que se formularam proposições visando abrir caminhos para o avanço da *solidariedade*, como princípio ético-político e como esteio concreto de uma nova mundialização na conjuntura problemática das sociedades complexas.

As sociedades contemporâneas, também conhecidas como sociedades complexas, vivem um quadro de perplexidades cada vez mais difícil de ser compreendido em sua conjuntura. As profundas transformações provocadas pelas crises da modernidade reordenaram as esferas da ciência, da tecnologia, da política, da economia e da cultura e trouxeram grandes transtornos humanos. Habermas (1980) entende por sociedades complexas a atual fase do sistema capitalista, em que o Estado assume as funções de coordenar os interesses econômicos, gerindo políticas que possibilitam o fortalecimento da dinâmica do capital. No capitalismo regulado pelo Estado, as contradições ou crises do sistema acontecem quando são fomentadas mudanças sociais que desarticulam a ordem política e econômica imposta como modelo fundador.

Assim, repensar as bases em que se pauta a economia capitalista tornou-se uma das principais vertentes do pensamento econômico, filosófico, histórico etc., durante os Séculos XIX e XX. A ES também visa à mudança, porque “é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associação do capital e o direito à liberdade individual” (Singer, 2002, p. 10).

Nesse contexto, o conceito de Empreendimento Econômico Solidário (EES) procura sintetizar as principais características da ES e (a)firma uma nova identidade (instrumento da ação política) não subsumida nas formas cooperativas, associativas ou societárias (legalmente definidas), mas que se expresse como parte desses modelos organizativos. Dito de outro modo, não se trata de confirmar a ES pela forma ou natureza da organização, mas pelas características presentes nos empreendimentos. Em complemento, pode-se afirmar que o EES é uma racionalidade específica, pautada em uma “[...] relação orgânica entre a dimensão solidária, de autogestão e de cooperação no trabalho” (Gaiger, 2007, p. 61). Por esse turno, podemos considerar a ES como “escolas” de produção de uma cultura do trabalho “[...] e que, de alguma maneira, contrariam a lógica excludente do sistema capitalista” (Tiriba, 2008, p. 2).

Como suporte para esse recorte, no que tange aos princípios do termo EES no cenário da ES, esta pesquisa se apoia no conceito traduzido pelo Sistema de Informações de Economia Solidária, através da Portaria Ministerial, nº 30 de 20 de março de 2006 (Brasil, 2006a), cujas disposições efetivam o entendimento de EES como organizações coletivas, autogestionárias, permanentes e que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito

¹ Pode-se dizer que a economia solidária se originou na Primeira Revolução Industrial, como reação dos artesãos expulsos dos mercados pelo advento da máquina a vapor. Na passagem do Século XVIII para o Século XIX, surgiram, na Grã-Bretanha, as primeiras *trade unions* (sindicatos) e as primeiras cooperativas (Singer, 1998; Oliveira, 2010). Com a fundação da cooperativa de consumo dos Pioneiros de Rochdale (1844), o cooperativismo de consumo se consolidou em grandes empreendimentos e se espalhou, primeiro, pela Europa, e depois, pelos demais continentes.

(cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário.

A atuação dos EESs, base concreta do Movimento de Economia Solidária (MES), vem crescendo de forma significativa. Por essa razão, espera-se que os processos internos estejam cada vez mais arrojados, de forma a contribuir com a sustentabilidade desses grupos. No Brasil, conforme registrado por Santos et al. (2017), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) fez um mapeamento² sobre as organizações de Economia Solidária e identificou 19.708 empreendimentos distribuídos entre 2.713 municípios brasileiros. A pesquisa realizada pelo MTE ocorreu entre o período de 2009 e 2013.

Diante do exposto, podemos considerar a ES para além de uma forma diferente de produzir, mas como uma forma diferente de ‘*estar no mundo*’, de se relacionar com as outras pessoas e com o meio ambiente (Singer, 2015). Por isso, a ES é alicerçada em dez princípios norteadores, intimamente conectados entre si e que se retroalimentam para constituir esse modo diferente de fazer economia. Para Batista et al. (2012), a identidade de ser um trabalhador da ES está diretamente relacionada à prática e ao respeito aos seus princípios, a saber: a) democracia; b) cooperação; c) valorização do saber local; d) valorização da diversidade; e) centralidade no ser humano f) justiça social na produção, na comercialização, no consumo, no financiamento e no desenvolvimento tecnológico; g) cuidado com o meio ambiente e a responsabilidade com as gerações futuras; h) autogestão; i) emancipação; e k) valorização da aprendizagem e da formação permanente.

Nessas organizações de ES, a gestão é feita por todos os seus membros: são autogeridas, o processo de comunicação flui entre os participantes; são privadas, mas não visam ao lucro, e o excedente das vendas é redistribuído entre os colaboradores ou investido na própria organização. Essas organizações também devem se preocupar com a qualidade de seus serviços, com as relações custo-eficiência-efetividade, com a formação dos seus integrantes, com a atenção ao cliente, com a capacidade de promover a sustentação política, financeira e administrativa e em proporcionar transformações contínuas por meio de seus sistemas de aprendizagem.

Os mecanismos democráticos e autogestionários passaram a ser uma prática cotidiana nos empreendimentos solidários, principalmente pelas dificuldades ou deficiências existentes nos grupos que surgiam. A falta de recursos financeiros, de experiência ou formação em gestão e administração, de tecnologias ou mesmo de equipamentos com que pudessem iniciar o trabalho tinha que ser superados através da **união e da força coletiva. Só com o apoio de todos eram capazes de enfrentar dificuldades e superar obstáculos** (Rufino, 2005, p. 4, grifos nossos).

Na Economia Solidária, o trabalho é coletivo, autogestionário, autônomo e solidário (Abreu & Oliveira, 2021). A autogestão, no sentido mais amplo, significa o exercício coletivo do poder. Surgiu como uma concepção de gestão social ou da visão da sociedade autogestionária presente em várias teorias socialistas. Singer (2002) assevera que a autogestão é a forma de administrar empresas solidárias, ou seja, empresas cujos princípios básicos são a solidariedade e a igualdade, por meio de uma distribuição solidária da renda.

Assim, de acordo com Oliveira et al. (2021), pensar na realidade das formações organizacionais a partir das necessidades dos empreendimentos econômicos solidários envolve elementos como a autogestão, a cooperação, a solidariedade, o empoderamento dos sujeitos, a leitura crítica do mundo e outros fatores fundamentais presentes no movimento da economia solidária, que, segundo Gohn (2007), também está focada no aspecto político, isto é, no caráter educativo da organização política da coletividade. Nesse aspecto, também simbólico e de valores, fala-se em mudar o paradigma, se é possível afirmar, da *competição* para o da *cooperação*, da inteligência coletiva, livre e partilhada.

² Cabe ressaltar que o conjunto de rodadas que compõem o mapeamento teve suas limitações quanto ao financiamento e, por essa razão, só envolveu uma representatividade dos EES presentes no território nacional. Isso nos leva a estarmos atentos ao perfil ora tratado, pois, mesmo com uma metodologia científica, o resultado do mapeamento pode não representar a realidade em sua integridade. Para termos uma ideia do que ora é apresentado, o último mapeamento (2010-2012) que compõe o SIES só cobriu 52% dos municípios brasileiros.

Por seu turno, o êxito do empreendimento será fruto de sua ação coletiva. Reduzindo a dicotomia capital-trabalho, quando os trabalhadores são motivados pelas oportunidades de crescimento pessoal e desalienação, passam a colaborar, de maneira integrada, e a desenvolver novas habilidades e conhecimentos para participar com mais êxito da gestão da empresa, com a ideia de que poderão melhorar os processos internos da organização. Por conseguinte, para que haja autogestão, é necessário que o grupo de produção esteja exercendo os princípios de economia solidária, porque, se a autogestão estiver sob uma égide capitalista, as condições dos trabalhadores serão as mesmas das organizações que utilizam a gestão hierárquica.

Convém ressaltar que a gestão dos EES é um fenômeno que se insere em um contexto marcado por inúmeros desafios de ordem prática e acadêmica. Prática, porque reflete um momento de mudança na conformação do setor e na forma como os empreendimentos têm sido gerenciados; e acadêmica, porque faz parte de um campo de estudos recente, ainda marcado pela carência de pesquisas e conceitos que possibilitem desenvolver investigações suportadas por conhecimentos sólidos e sistematizados.

Em uma pesquisa avançada feita no Portal de Periódicos da Capes, em novembro de 2019 e repetida em março de 2022, integrando os descritores “empreendimentos econômicos solidários”, “autogestão” e “revisão de escopo”, não foi rastreado nenhum estudo que inter-relacionasse o fenômeno a partir da referida terminologia, o que significa dizer que não há revisões de escopo sobre empreendimentos econômicos solidários autogeríveis escritas em língua portuguesa. Esse resultado incontestemente justifica ainda mais o encaminhamento deste estudo, devido à natureza lacunar de sua compreensão nos contornos então destacados.

Pesquisas sobre práticas de autogestão desenvolvidas pelos grupos de produção em economia solidária têm sido foco em algumas áreas, como a Sociologia, a Economia, a Educação etc. Porém, ainda são incipientes no campo da Administração, fato que ventila a este estudo certo protagonismo. Assim, a investigação parte da seguinte pergunta norteadora: *No Brasil, grupos sociais que praticam economia solidária mantêm empreendimentos econômicos solidários autogeríveis?*

Em função de tal inquietação, este texto se subsidia como uma investida teórico-metodológica que reflete o fenômeno de estudo destacado ao passo que anuncia a necessidade metodológica de apontar perspectivas investigativas pertinentes para subsidiar evidências oportunas sobre empreendimentos solidários autogeríveis no Brasil, porquanto a autogestão é, *grosso modo*, o “calcanhar de Aquiles”, em termos de sobrevivência de muitos EES. Nessa perspectiva, a ideia de prospectar um *protocolo de revisão de escopo* surgiu devido à necessidade de mapear as evidências científicas relativas à atuação de empreendimentos econômicos solidários para as práticas de autogestão no Brasil. Nessa perspectiva, este ensaio é o primeiro passo para a posterior consolidação do protocolo mencionado.

2. Metodologia

Como metodologia, esta pesquisa utilizará a Revisão de Escopo, que, segundo Cordeiro e Soares (2019), é um tipo de revisão de literatura cujo objetivo é de fazer um mapeamento bibliográfico, sobretudo, nas áreas em que as revisões sobre o tema escolhido ainda não foram publicadas.

Coelho et al. (2021) sintetizam o surgimento e a evolução da metodologia para elaborar uma revisão de escopo e enfatizam que ela foi proposta, inicialmente, por Arksey e O'Malley (2005), e seus objetivos eram de “mapear os principais conceitos que apoiam determinada área de conhecimento, examinar a extensão, o alcance e a natureza da investigação, sumarizar e divulgar os dados da investigação e identificar as lacunas de pesquisas existentes” (Coelho et al., 2021, p. 6). A metodologia proposta por Arksey e O'Malley (2005) foi aperfeiçoada por Levac, et al., (2010) e por Peters e Godfrey (2015), conforme demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1 – Evolução da metodologia sugerida para elaborar uma revisão de escopo.

	Estrutura de Arksey e O'Malley (2005. p. 22-23)	Melhorias propostas por Levac, Colquhoun e O'Brien (2010. p. 4-8)	Melhorias propostas por Peters e Godfrey (2015)
1.	Identificar a questão de pesquisa.	Esclarecer e vincular o objetivo e a questão da pesquisa.	Definir e alinhar o (s) objetivo (s) e as perguntas (s).
2.	Identificar estudos relevantes.	Equilibrar a viabilidade com a amplitude e a abrangência do processo de definição do escopo.	Desenvolver e alinhar os critérios de inclusão com o (s) objetivo (s) e as perguntas (s).
3.	Selecionar os estudos.	Usar uma abordagem de equipe iterativa para selecionar estudos e extrair dados.	Descrever a abordagem planejada para buscar evidências, selecionar, extrair dados e apresentar as evidências.
4.	Traçar os dados.	Incorporar um resumo numérico e uma análise temática qualitativa.	Procurar as evidências.
5.	Coletar, resumir e relatar os resultados.	Identificar as implicações dos resultados do estudo para a política, a prática ou a pesquisa.	Selecionar as evidências.
6.	Fazer consulta (opcional).	Adotar a consulta como um componente obrigatório da metodologia de estudo de escopo.	Extrair as evidências.
7.	-	-	Analisar as evidências.
8.	-	-	Apresentar os resultados.
9.	-	-	Resumir as evidências em relação ao objetivo da revisão, tirar conclusões e observar quaisquer implicações dos resultados.

Fonte: Coelho et al (2021).

Como visto no Quadro 1, a primeira etapa para proceder à revisão de escopo consiste em identificar a questão de pesquisa, ou seja, definir a pergunta de pesquisa. Em revisões de escopo, é comum a pergunta norteadora ser formulada a partir da metodologia PICO/PECO, em que 'P' se refere ao problema ou à população, 'I' ou 'E', à intervenção ou exposição, 'C', ao controle e 'O', ao desfecho. A descrição da metodologia PICO/PECO está exposta no Quadro 2, a seguir.

Quadro 2 – Acrônimos PICO/PECO.

PICO		PECO	
P	População com o problema	P	População com o problema
I	Intervenção	E	Exposição
C	Comparador	C	Comparador
O	<i>Outcome</i> (desfecho)	O	<i>Outcome</i> (desfecho)

Fonte: Adaptado de Latorraca (2019).

Os acrônimos PICO e PECO podem ser considerados uma ferramenta importante para mostrar o que a pergunta da pesquisa deverá especificar. Assim, conforme assinalado por Latorraca et al. (2019, p. 60), conhecer a pergunta com a metodologia PICO/PECO “é uma forma de traduzir a pergunta da pesquisa para termos de estratégia de busca. Cada elemento deve estar claro e conter informação suficiente para facilitar a escolha do termo correspondente de cada letra da estrutura”. Nesta pesquisa, suas articulações foram elaboradas seguindo o acrônimo PECO, como demonstrado no Quadro 3, a seguir:

Quadro 3 – Estrutura da Revisão de Escopo.

<i>No Brasil, grupos sociais que praticam economia solidária mantêm empreendimentos econômicos solidários autogeríveis?</i>	
P	Empreendimentos econômicos brasileiros
E	Prática da economia solidária
C	Princípios da economia solidária
O	Autogestão

Fonte: Elaborado para a pesquisa (2022).

De acordo com o exposto no Quadro 3, a população estudada será a brasileira, a exposição será a prática da economia solidária, o controle será feito pela preconização ideal dos princípios da economia solidária (Brasil, 2006b; Brasil, 2007; Schiochet, 2009; Singer, 2002), e o desfecho será a prática da autogestão como único princípio em avaliação.

Nesta pesquisa, além da pergunta norteadora que foi elaborada seguindo o acrônimo PECO, a metodologia para proceder à revisão de escopo incluirá as seguintes etapas: a) estratégia de busca para identificar os estudos na literatura; b) seleção de estudos a partir de critérios de inclusão e exclusão; e c) extração dos dados a partir dos estudos selecionados. Depois de concluído o processo de identificação, seleção e extração dos dados, espera-se conhecer as evidências oportunas para responder à questão norteadora da pesquisa.

2.1 Identificação dos estudos

A busca da literatura será realizada de maneira independente por dois pesquisadores, na plataforma ‘Portal de Periódicos Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior’ do Ministério da Educação (CAPES/MEC), a maior base de dados científicos do Brasil e uma das maiores do mundo.

Os critérios de busca, acesso, recuperação e elegibilidade dos estudos serão discutidos previamente entre os pesquisadores. Não haverá limitações quanto à disponibilidade, ao autor, ao idioma e ao ano das publicações. Além dos

resultados automáticos da busca, serão pesquisadas manualmente as referências dos artigos selecionados para encontrar estudos que não tenham sido rastreados/capturados na pesquisa inicial.

A estratégia de busca foi montada em três idiomas (português, espanhol e inglês), a partir de palavras e expressões que pudessem cercar o conteúdo e responder à pergunta norteadora. A primeira categoria de tema dimensionará as diferentes formas de mencionar ou de se referir à economia solidária e contemplará as seguintes palavras-chaves: "*economia solidária*" OR "*movimento de economia*" OR "*movimento de economias*" OR "*empreendedorismo econômico solidário*" OR "*empreendimentos econômicos solidários*" OR "*grupo de produção*" OR "*grupos de produção*"; "*solidary economy*" OR "*economy movement*" OR "*movement of economies*" OR "*solidarity economic entrepreneurship*" OR "*production group*" OR "*production groups*"; "*economía solidaria*" OR "*movimiento de economía*" OR "*movimiento de economias*" OR "*emprededorismo económico solidário*" OR "*emprendimientos económicos solidários*" OR "*grupo de producción*" OR "*grupos de producción*". E a segunda será destinada ao desfecho da pergunta central: "*autogestão*"; "*self-management*"; "*autogestión*". As duas categorias serão unidas com o operador booleano "AND".

2.2 Seleção dos estudos

Quanto aos critérios de elegibilidade (inclusão e exclusão) e seleção dos artigos, serão incluídos estudos observacionais que investigaram a prática da economia solidária em pesquisas no Brasil e excluídos estudos teóricos, revisões de literatura caso-controle, seccionais e de prevalência que apresentaram análises diversas que não condizem com os critérios estabelecidos neste estudo. Os critérios de exclusão serão os seguintes: estudos descritivos, editoriais, revisões da literatura, artigos de revistas não científicas, capítulos de livro, livros, relatos de casos e relatos de experiências.

Os mesmos dois examinadores (responsáveis pela busca) realizarão, independentemente, a seleção inicial dos artigos por meio da análise dos títulos e dos resumos. Posteriormente, os artigos pré-selecionados serão recuperados na íntegra para confirmar os critérios de elegibilidade. Se houver discordâncias, será obtido consenso discutindo-se com um terceiro revisor.

Para organizar o processo de seleção dos artigos, será utilizado um *software* de gerenciamento de referências (*Zotero 5.0 for Windows*).

2.3 Extração dos dados

Os dados serão extraídos de maneira independente pelos dois examinadores, e possíveis discordâncias também serão solucionadas pelo consenso com um terceiro examinador. Será utilizado um formulário padronizado para extrair os dados com as seguintes informações sobre os estudos: autor(es) e ano de publicação, tipo de pesquisa, período, cidade ou local, dados referentes à prática da autogestão e conclusões.

3. Apresentação dos Resultados

Os resultados referentes aos desafios da prática da autogestão por parte dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), elencados por meio da prospecção de um protocolo de revisão de escopo, serão submetidos em forma de artigo para uma revista científica de acesso aberto da área de Administração, etapa em que a investigação se desdobrará em seguida.

4. Considerações Finais Parciais

No que concerne à discussão apresentada anteriormente, espera-se que a revisão concretize seus processos, e mapeie as evidências científicas relativas à atuação dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) para as práticas de autogestão no Brasil.

Agradecimentos

Registra-se agradecimento ao Instituto Federal da Paraíba (IFPB), pela viabilidade institucional e financeira da pesquisa, por intermédio do Edital Interconecta 01/2018.

Referências

- Abreu, T. L., & Oliveira, A. A. R. (2021). A aventura de criação das mídias educativas 'da reflexão à prática dos princípios da economia solidária'. In: Schimitt, A. R. V., & Marcom, J. L. R. (2021). *Educação: diálogos convergentes e articulação interdisciplinar 2*. Ponta Grossa: Atena. E-Book. <https://www.atenaeditora.com.br/post-ebook/4444>.
- Batista, M. J. T., Martins Filha, M. L. R. S., & Guimarães, V. M. G. (2012). *Mãos que constroem vidas: relatos de experiência*. João Pessoa: IFPB.
- Brasil. (2007). Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). Economia Solidária: uma outra economia acontece. *Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social*. Brasília: SENAES/MTE. http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B59B49C012B5DD948C22F07/impresso3_cartilha_32pg_web.pdf.
- Brasil. (2006a). Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). A economia solidária na América Latina: realidades nacionais e políticas públicas. *Anais*. Brasília: SENAES/MTE. http://portal.mte.gov.br/tca_contas_anuais/secretaria-nacional-de-economia-solidaria-senaes.htm/.
- Brasil. (2006b). Secretaria Nacional de Economia Solidária. *Termo de Referência do Sistema de Informações em Economia Solidária – SIES*. Brasília: SENAES/TEM.
- Coelho, T. P., Rezende, C. P., Sousa, M. C. V. B., Pereira, C. E. O., & Mendonça, S. A. M. (2021). Comparison and analysis of the use of systematic review and scoping review in the area of patient care in Pharmacy. *Research, Society and Development*. 10(12). <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/19915>.
- Cordeiro, L., & Soares, C. B. (2019). Revisão de escopo: potencialidades para a síntese de metodologias utilizadas em pesquisa primária qualitativa. *Boletim do Instituto de Saúde - BIS*, São Paulo. 20(2). <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/10/1021863/bis-v20n2-sintese-de-evidencias-qualitativas-37-43.pdf>.
- Gaiger, L. I. (2007). A outra racionalidade da economia solidária: conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 79, p. 57-77. http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-426_pt.html.
- Gohn, M. G. (2007). *Teoria dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola.
- Habermas, J. (1980). *A crise de legitimação no capitalismo tardio*: Tempo Brasileiro.
- Latorraca, C. O. C., Rodrigues, M., Pacheco, R. L., Martimbianco, A. L. C., & Riera, R. (2019). Busca em bases de dados eletrônicas da área da saúde: por onde começar. *Diagn Tratamento*, 24(2). https://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/09/1015338/rdt_v24n2_59-63.pdf.
- Oliveira, M. A. M. B., Filho. (2010). *Cultura solidária e cooperativas populares: rotatividade dos sócios e desafios à autogestão: um estudo de caso em São Carlos*, Brasil. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara. https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/99030/oliveirafilho_mamb_me_arafcl.pdf?sequence=1.
- Oliveira, A. A. R., Silva, L. B. G., Albuquerque, R. L., & Cavalcanti, M. C. M. (2021). As práticas da autogestão no contexto da educação não formal: uma análise a partir da produção do conhecimento. *Teoria e Prática da Educação*, 24(3), 82-99. <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/60606>.
- Rufino, S. (2005). *(Re) fazer, (re) modelar, (re) criar: a autogestão no processo produtivo*. 2005. Tese (Doutorado em Engenharia) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo. <https://sites.usp.br/redecoop/wp-content/uploads/sites/633/2019/11/tese-sandrufino-2005.pdf>.
- Santos, R. C. T., Bianchin, B. V., Posser, T. G., & Costa, V. M. F. (2017). Economia solidária: um campo de estudo em construção: análise da produção científica nacional de 2000 a 2015. *Revista Sociais & Humanas*, 30(2), 187-203. <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/25975/pdf>.
- Schiochet, V. (2009). Institucionalização das Políticas Públicas de Economia Solidária: breve trajetória e desafios. *IPEA - Mercado de Trabalho*, nº 40. http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4085/1/bmt40_08_ECONS_institucionalizacao.pdf.
- Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*: Companhia das Letras.
- Singer, P. (2015). *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. Contexto.
- Singer, P. (2002). *Introdução à economia solidária*. Fundação Perseu Abramo.
- Singer, P. (1998). *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. Contexto.
- Tiriba, L. (2008). Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa. *Perspectiva - Revista do Centro de Ciências da Educação*, n. 27, 26(1), 69-94, UFSC. <https://doaj.org/article/288ff270421b4c5d98562f5fd9c2fbc3>.